

Anexo I - INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DOS CARGOS

Cargo: **ENGENHEIRO/ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Desenvolver projetos de engenharia; executar obras; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, e avaliar a contratação de serviços; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentação técnica. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Curso Superior em Engenharia Sanitária e Ambiental ou Engenharia Ambiental e Sanitária
- Registro no Conselho competente

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA OBJETIVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo(s) do texto, temática, ideia principal e ideias secundárias; ponto de vista e argumentos, estrutura composicional;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referenciação e sequenciação, operadores argumentativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação;
4. Vozes no texto: discurso citado e discurso relatado;
5. Processos de formação de palavras;
6. Emprego das classes de palavras;
7. Organização do período simples e do período composto;
8. Colocação dos termos na oração e das orações no período;
9. Concordância e regência nominal e verbal;
10. Pontuação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n.9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;
4. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;
6. Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;

8. Decreto n. 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
9. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Qualidade das águas: parâmetros físicos, químicos e biológicos para águas naturais e efluentes; Resolução nº357/2005 do Conselho Nacional do Meio Ambiente; Resolução nº430/2011 do Conselho Nacional do Meio Ambiente; Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde; Resolução nº 355/2017 do Conselho Estadual do Meio Ambiente.
2. Sistema de abastecimento de água: consumo de água; captação; adução; estações elevatórias; reservação; redes de distribuição de água; ABNT NBR 12211/1992; ABNT NBR 12212/2017; ABNT NBR 12213/1992; ABNT NBR 12214/1992; ABNT NBR 12215-1/2017; ABNT NBR 12217/1994; ABNT NBR 12218/2017.
3. Tratamento convencional de água para abastecimento; ABNT NBR 12216/1992.
4. Sistema de coleta de esgoto: dimensionamento de redes de esgoto; ABNT NBR 9649/1986.
5. Tratamento de efluentes domésticos e industriais: tratamento preliminar, primário e secundário; ABNT NBR 12209/2011.
6. Gerenciamento de resíduos sólidos: características e classificação dos resíduos sólidos; segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos; Lei Federal nº 12305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; ABNT NBR 10004/2004.
7. Sistemas prediais hidrossanitários: água fria, água quente, esgoto sanitário, água pluvial, uso racional da água, captação e aproveitamento de água da chuva, reúso de águas; ABNT NBR 5626/1998; ABNT NBR 7198/1993; ABNT NBR 8160/1999; ABNT NBR 10844/1989; ABNT NBR 15527/2007.
- 8) Drenagem urbana: dimensionamento de redes de drenagem; técnicas compensatórias.
- 9) Gestão ambiental: ABNT NBR ISO 14001/2015; auditoria ambiental; análise de ciclo de vida.
- 10) Licenciamento Ambiental: Lei Federal nº 6938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente; Resolução nº001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente; Resolução nº237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente; Lei Federal Complementar nº 140/2011; Estudo ambiental simplificado; Estudo de impacto ambiental; Relatório de impacto ambiental; Plano de controle ambiental; Relatório de controle ambiental.

Cargo: MÉDICO/CLÍNICA GERAL

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações para promoção da saúde; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Curso superior em Medicina
- Residência concluída em Clínica Médica **ou** Medicina Interna
- Registro no Conselho Competente

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo(s) do texto, temática, ideia principal e ideias secundárias; ponto de vista e argumentos, estrutura composicional;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referenciação e sequenciação, operadores argumentativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação;
4. Vozes no texto: discurso citado e discurso relatado;
5. Processos de formação de palavras;
6. Emprego das classes de palavras;
7. Organização do período simples e do período composto;
8. Colocação dos termos na oração e das orações no período;
9. Concordância e regência nominal e verbal;
10. Pontuação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n.9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;
4. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;
6. Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;

8. Decreto n. 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
9. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Doenças reumatológicas;
 - 1.1 Osteoartrite;
 - 1.2 Artrite Reumatoide;
 - 1.3 Doenças periarticulares;
 - 1.4 Gota;
 - 1.5 Osteoporose;
 - 1.6 Dor lombar;
2. Doenças hematológicas;
 - 2.1 Anemias;
 - 2.2 Leucemias;
 - 2.3 Linfomas;
3. Doenças dermatológicas;
 - 3.1 Dermatites eczematosas;
 - 3.2 Reações cutâneas medicamentosas;
 - 3.3 Lesões papulosas, pustulosas, vesiculares, nodulares e alteração da cor da pele;
 - 3.4 Reações actínicas;
 - 3.5 Queimaduras;
 - 3.6 Tumores de pele;
4. Doenças endocrinológicas;
 - 4.1 Diabetes;
 - 4.2 Doenças da tireóide;
 - 4.3 Doenças da hipófise;
 - 4.4 Doenças das adrenais;
5. Doenças infecciosas;
 - 5.1 Infecção do trato urinário;
 - 5.2 Pneumonias;
 - 5.3 Diarreia infecciosa;
 - 5.4 Tuberculose;
 - 5.5 Síndrome da Imunodeficiência adquirida;
6. Doenças neurológicas;
 - 6.1 Cefaleias;
 - 6.2 Acidente Vascular Cerebral;
 - 6.3 Epilepsia;
 - 6.4 Doenças neurodegenerativas;
7. Doenças cardiovasculares;
 - 7.1 Hipertensão Arterial Sistêmica;
 - 7.2 Insuficiência Cardíaca;
 - 7.3 Angina estável;
 - 7.4 Síndrome Coronariana Aguda;
8. Doenças pulmonares;

- 8.1 Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica;
- 8.2 Asma;
- 8.3 Câncer de Pulmão;
- 8.4 Sarcoidose;
- 9. Doenças renais;
- 9.1 Doença Renal Crônica;
- 9.2 Injúria Renal Aguda;
- 9.3 Síndrome nefrítica e Síndrome nefrótica;
- 9.4 Nefrolitíase;
- 10. Doenças Gastrointestinais;
- 10.1 Doença de Refluxo Gastroesofágico;
- 10.2 Doença Ulcerosa Péptica;
- 10.3 Doenças inflamatórias intestinais;
- 10.4 Hepatites virais;
- 10.5 Cirrose hepática;
- 10.6 Pancreatite;
- 10.7 Doença de vias biliares;
- 10.8 Tumor de Colon.

Cargo: MÉDICO/PSIQUIATRIA**1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:**

Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações para promoção da saúde; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Curso superior em Medicina
- Residência concluída em Psiquiatria reconhecida pelo Mec ou Título de Especialista em Psiquiatria da ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria)
- Registro no Conselho Competente

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA:**4.1 Parte I: Língua Portuguesa**

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo(s) do texto, temática, ideia principal e ideias secundárias; ponto de vista e argumentos, estrutura composicional;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. A dimensão linguístico-textual da argumentação: mecanismos de referenciação e sequenciação, operadores argumentativos, modalizadores, seleção lexical, intensificadores, índices de avaliação;
4. Vozes no texto: discurso citado e discurso relatado;
5. Processos de formação de palavras;
6. Emprego das classes de palavras;
7. Organização do período simples e do período composto;
8. Colocação dos termos na oração e das orações no período;
9. Concordância e regência nominal e verbal;
10. Pontuação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n.9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;
4. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;
6. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;

8. Decreto n. 1171, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
9. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Semiologia e Psicopatologia dos transtornos mentais;
2. Diagnóstico psiquiátrico;
3. História clínica e etiologia dos transtornos mentais;
4. Exame do estado Mental;
5. Transtornos do Desenvolvimento;
6. Transtorno da Esquizofrenia e Outros transtornos psicóticos;
7. Transtorno bipolar e transtornos relacionados;
8. Transtorno de ansiedade;
9. Transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos relacionados;
10. Transtornos depressivos;
11. Transtornos relacionados a trauma e a estressores;
12. Transtornos dissociativos;
13. Transtornos de sintomas somáticos e transtornos relacionados;
14. Transtornos alimentares;
15. Transtornos disruptivos, do controle de impulsos e da conduta;
16. Transtornos relacionados a substância e transtornos aditivos;
17. Transtornos Neurocognitivos;
18. Transtornos da personalidade;
19. Interconsulta Psiquiátrica;
20. Emergências em psiquiatria;
21. Psicofarmacologia Básica e Aplicada;
22. Ética médica e psiquiatria forense;
23. Psicologia médica.

Cargo: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ANÁLISES CLÍNICAS

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Executar trabalhos técnicos de laboratório relacionados com a área de atuação, realizando ou orientando coleta, análise e registros de material e substâncias através de métodos específicos. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

➤ Ensino Médio Profissionalizante* ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico*

(*) O curso Profissionalizante e o curso Técnico referidos nos requisitos para ingresso deverão ser na área correspondente ao cargo

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

➤ Pontuação máxima: 100 pontos

➤ Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)

➤ Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. Leitura de gêneros textuais: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão e sua expressão linguística;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
4. Processos de formação de palavras;
5. Emprego das classes de palavras;
6. Organização do período simples e do período composto;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Colocação dos termos na oração e das orações no período;
10. Pontuação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n.9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;
4. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;
6. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;
8. Decreto n. 11.711, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;
9. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição

- Federal; altera a Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Coleta e manipulação de amostras biológicas para exames laboratoriais:
 - 1.1 Preparo do paciente;
 - 1.2 Identificação de amostras;
 - 1.3 Coleta de sangue venoso, arterial e capilar;
 - 1.4 Obtenção, conservação e transporte de amostras biológicas (sangue, soro, plasma, urina, fezes e outros líquidos biológicos);
 - 1.5 Anticoagulantes de uso em laboratório de análises (tipos, função, preparo, utilização).
2. Exames hematológicos, líquidos biológicos e secreções:
 - 2.1 Confeção de esfregaços e colorações em hematologia;
 - 2.2 Procedimentos técnicos para contagem de células no sangue e em outros líquidos biológicos;
 - 2.3 Preparação e procedimentos técnicos para a realização da contagem de reticulócitos;
 - 2.4 Preparação e procedimentos técnicos para a realização dos testes de aglutinação humana (Coombs direto e indireto);
 - 2.5 Procedimentos técnicos para a determinação de grupos sanguíneos;
 - 2.6 Procedimentos técnicos para a avaliação da coagulação sanguínea;
 - 2.7 Preparo e procedimentos técnicos para a realização do espermograma.
3. Exames bioquímicos e urinálise:
 - 3.1 Procedimentos técnicos necessários para determinação de analitos por sistemas automatizados e manuais;
 - 3.2 Espectrofotometria (leis e controle de qualidade);
 - 3.3 Procedimentos técnicos necessários para as determinações bioquímicas por métodos colorimétricos, cinéticos, enzimáticos e cromatográficos;
 - 3.4 Procedimentos técnicos necessários para a determinação de eletrólitos;
 - 3.5 Desproteinização;
 - 3.6 Procedimentos técnicos necessários para dosagens urinárias, exame físico-químico da urina;
 - 3.7 Preparo e procedimentos técnicos para a realização de eletroforese;
 - 3.8 Cuidados técnicos na realização de gasometria arterial e capilar;
 - 3.9 Procedimentos técnicos para as determinações bioquímicas em líquidos biológicos;
 - 3.10 Procedimentos técnicos para a análise de cálculos renais e biliares.
4. Exames imunológicos:
 - 4.1 Preparação e procedimentos técnicos para a realização de reações de precipitação, aglutinação, hemólise, hemaglutinação, imunofluorescência e imunoensaio;
 - 4.2 Preparação pré-analítica de amostras e reagentes para diagnóstico imunológico.
5. Exames parasitológicos:
 - 5.1 Preparação e procedimentos técnicos para a realização dos métodos Diretos, Hoffmann e MIF (mercúrio-iodo-formol);
 - 5.2 Preparo e procedimentos técnicos para a realização de pesquisa de leucócitos, substâncias redutoras, sangue oculto e gordura nas fezes;
 - 5.3 Procedimentos técnicos para a pesquisa de *Enterobius vermicularis* e rotavírus.
6. Exames microbiológicos:
 - 6.1 Tipos de materiais utilizados em microbiologia;
 - 6.2 Técnicas básicas utilizadas em microbiologia;

- 6.3 Meios de cultura (preparação, esterilização, armazenamento);
- 6.4 Procedimentos técnicos necessários para semeadura, contagens de colônias, repiques e antibiogramas;
- 6.5 Colorações em microbiologia;
- 6.6 Cuidados na manipulação e descarte de materiais contaminados.
- 7. Equipamentos de laboratório e vidrarias:
 - 7.1 Utilização, manutenção e calibração de balanças, autoclaves, estufas, banho-maria, espectrofotômetros, fornos de Pasteur, pipetas e sistemas automatizados;
 - 7.2 Câmaras de Neubauer e de Fuchs-Rosenthal.
- 8. Preparo de materiais e reagentes para análises laboratoriais:
 - 8.1 Centrifugação, medições, colorações, semeaduras, destilação, deionização e autoclavação, esterilizações química, por calor seco e por calor úmido.
- 9. Limpeza e conservação de equipamentos e vidrarias de uso laboratorial:
 - 9.1 Soluções químicas para a lavagem de equipamentos e vidrarias.
- 10. Preparo de soluções:
 - 10.1 Unidades de massa e volume, diluições, porcentagens, molaridade, normalidade;
 - 10.2 Água reagente.
- 11. Biossegurança:
 - 11.1 Equipamentos de proteção individual;
 - 11.2 Equipamentos de segurança;
 - 11.3 Câmaras de segurança biológica;
 - 11.4 Cuidados no manuseio e descarte de materiais e resíduos químicos e biológicos;
 - 11.5 Boas práticas em laboratórios e serviços de saúde.
- 12. Controle de qualidade:
 - 12.1 Uso de padrões e calibradores;
 - 12.2 Procedimentos pré-analíticos e analíticos;
 - 12.3 Procedimentos Operacionais Padrão (POPs);
 - 12.4 Controle de qualidade;
 - 12.5 Registros dos procedimentos da qualidade.
- 13. Legislação:
 - 13.1 RDC ANVISA nº 302/2005 e suas atualizações;
 - 13.2 RDC ANVISA nº 306/2004 e suas atualizações;
 - 13.3 RDC ANVISA nº 20/2014 e suas atualizações.

Cargo: TÉCNICO EM ELETRICIDADE

1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Executar com supervisão superior tarefas de caráter técnico de produção e aperfeiçoamento e instalações de máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. REQUISITOS:

- Ensino Médio Profissionalizante* ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico*
- (*) O curso Profissionalizante e o curso Técnico referidos nos requisitos para ingresso deverão ser na área correspondente ao cargo
- Registro no Conselho Competente

3. ESTRUTURA DO CONCURSO:

O concurso compreenderá a aplicação de uma prova objetiva de 50 questões, dividida em três partes:

Parte I: Língua Portuguesa – 10 questões

Parte II: Legislação – 10 questões

Parte III: Conhecimentos Específicos – 30 questões

- Pontuação máxima: 100 pontos
- Nota mínima para habilitação: 50 pontos (25 questões)
- Caráter eliminatório e classificatório

4. PROGRAMA DA PROVA:

4.1 Parte I: Língua Portuguesa

1. 1. Leitura de gêneros textuais: objetivo(s) do texto, temática, estrutura composicional, mecanismos de coesão e sua expressão linguística;
2. Significação de palavras e expressões em contexto;
3. Vozes do texto: discurso citado e discurso relatado;
4. Processos de formação de palavras;
5. Emprego das classes de palavras;
6. Organização do período simples e do período composto;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Colocação dos termos na oração e das orações no período;
10. Pontuação.

4.2 Parte II: Legislação

1. Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
2. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
3. Decreto n.9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário;
4. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
5. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e suas alterações;
6. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e suas alterações;
7. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas respectivas emendas;
8. Decreto n. 11.711, de 22 de junho de 1994 - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;

9. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 7.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
10. Decreto n. 7724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição;
11. Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pela Portaria 156 do Ministério da Educação, de 12 de março de 2014;
12. Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, aprovado pelo parecer 031/2011 da Comissão de Legislação e Regimentos do Conselho Universitário, de 15 de abril de 2011;
13. Princípios da Administração Pública.

4.3 Parte III: Conhecimentos Específicos

1. Sistemas de unidades;
- 1.1 Sistema internacional de unidades (SI);
2. Física geral;
- 2.1 Movimento retilíneo;
- 2.2 Vetores;
- 2.3 Força e movimento;
- 2.4 Trabalho e energia cinética;
- 2.5 Conservação da energia;
- 2.6 Rotação;
- 2.7 Torque e momento angular;
- 2.8 Termodinâmica;
- 2.9 Temperatura;
- 2.10 Calor e primeira lei da termodinâmica;
- 2.11 Equilíbrio e elasticidade;
- 2.12 Oscilações;
- 2.13 Gravitação;
- 2.14 Fluidos;
- 2.15 Ondas;
- 2.16 Teoria cinética dos gases;
- 2.17 Entropia e segunda lei da termodinâmica;
3. Eletricidade;
- 3.1 Eletrostática;
- 3.2 Eletrodinâmica;
- 3.3 Eletroquímica: pilhas, baterias e acumuladores;
4. Circuitos elétricos e elementos de circuitos;
- 4.1 Fontes;
- 4.2 Resistor;
- 4.3 Indutor;
- 4.4 Capacitor;
- 4.5 Lei de Kirchhoff das tensões;
- 4.6 Lei de Kirchhoff das correntes;
- 4.7 Circuitos em corrente contínua;
- 4.8 Circuitos em corrente alternada;
- 4.9 Circuitos elétricos monofásicos e polifásicos;
- 4.10 Potência em corrente contínua e em corrente alternada;
5. Materiais elétricos;
- 5.1 Condutores;
- 5.2 Isolantes;
- 5.3 Semicondutores;
6. Medidas elétricas;
- 6.1 Precisão;
- 6.2 Exatidão;

- 6.3 Algarismos significativos;
- 6.4 Tipos de erros;
- 6.5 Instrumentos de medidas elétricas;
- 6.6 Instrumentos analógicos e digitais;
- 6.7 Instrumentos indicadores, registradores e acumuladores;
- 6.8 Osciloscópios;
- 6.9 Geração de sinal;
- 6.10 Sensores e transdutores;
- 7. Eletrônica básica;
- 7.1 Diodos: princípios, aplicações e outros dispositivos de dois terminais;
- 7.2 Transistores de junção bipolar: princípios, circuitos de polarização e aplicações;
- 7.3 Transistores de efeito de campo: princípios, circuitos de polarização e aplicações;
- 7.4 Amplificadores operacionais;
- 7.5 Circuitos osciladores;
- 7.6 Fontes de tensão, reguladores, retificadores, filtro à capacitor;
- 7.7 Retificador controlado de silício (SCR);
- 8. Eletromagnetismo;
- 8.1 Ímãs e magnetismo;
- 8.2 Campos magnéticos e linhas de força magnéticas;
- 8.3 Pólos magnéticos;
- 8.4 Intensidade do campo magnético;
- 8.5 Materiais magnéticos;
- 8.6 Curva de saturação magnética, magnetismo residual e histerese;
- 8.7 Campo magnético produzido por corrente elétrica;
- 8.8 Forças produzidas por campos magnéticos;
- 8.9 Solenóides e eletroímãs;
- 9. Máquinas elétricas;
- 9.1 Conversão eletromagnética de energia;
- 9.2 Relações entre indução e força eletromagnética;
- 9.3 Lei de Faraday;
- 9.4 Lei de Lenz;
- 9.5 Força eletromotriz induzida (FEM);
- 9.6 Força contra-eletromotriz;
- 9.7 Relações entre ação motora e ação geradora;
- 9.8 Conjugado eletromagnético;
- 9.9 Características construtivas de máquinas elétricas;
- 9.10 Motores e geradores de corrente contínua: particularidades, comutação, reação da armadura, produção de FEM, produção de conjugado, operação em paralelo de geradores e aplicações;
- 9.11 Motores e geradores de corrente alternada: produção de FEM, produção de conjugado, máquinas síncronas, máquinas assíncronas, operação em paralelo de geradores, motores monofásicos;
- 9.12 Transformadores: princípios, características construtivas, ensaios de curto-circuito e circuito aberto, identificação de fases e polaridade, autotransformadores, transformadores trifásicos;
- 9.13 Acionamentos de máquinas elétricas: dispositivos de acionamentos, tipos de partida, inversores e controle;
- 10. Instalações elétricas de baixa tensão;
- 10.1 Previsão de carga;
- 10.2 Dimensionamento de circuitos, de proteções e de eletrodutos em instalações elétricas em baixa tensão;
- 10.3 Fator de potência em instalações elétricas;
- 10.4 Norma ABNT/NBR 5410:2004 - Instalações elétricas em baixa tensão;
- 10.5 Normas técnicas vigentes da concessionária: GED 13, GED 119, GED 3735 e GED 4621;
- 10.6 Luminotécnica;
- 11. Instalações elétricas de média tensão;

11.1 Dimensionamento de circuitos, de proteções e de eletrodutos em instalações elétricas de média tensão;

11.2 Norma ABNT/NBR 14039- Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;

11.3 Normas técnicas vigentes da concessionária: GED 2855, GED 2856, GED 2858, GED 2859 e GED 2861;

12. Norma Regulamentadora nº10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.